

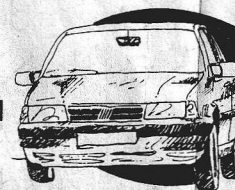
ECONOMIA

Arquivo/AE



FHC: plano sai este mês.

Nesta página: o equilíbrio das contas públicas é o ponto principal do programa de estabilização econômica que o governo estuda. Depois virá a quebra do ritmo da inflação. Em São Paulo, o ministro Fernando Henrique Cardoso confirma que o plano sai até o fim deste mês. Impedidas pelo governo de reajustar os preços a cada dez dias, as montadoras procuram fórmulas para evitar o impacto do aumento mensal no mercado de veículos. A Fiat criou para o Tempra o sistema de descontos decrescentes, o que significa, na prática, aumento diário de preços.



Tempra: reajuste diário de preços.

Plano: perto do capítulo final.

A NOVELA DO PROGRAMA ECONÔMICO ESTÁ CHEGANDO AO FIM. O PRÓPRIO FERNANDO HENRIQUE ADMITE QUE ELA ACABA ESTE MÊS.

O equilíbrio das contas públicas será o elemento detonador do processo de estabilização econômica em estudo no Ministério da Fazenda, segundo fontes do governo. Obtidas as condições para cobrir os gastos públicos, a equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso pretende ocupar-se da quebra do ritmo da inflação. (Em São Paulo, neste fim de semana, FHC confirmou que o governo anunciará o novo plano no fim deste mês). Nessa fase, o governo pretende reverter a tendência de alta dos preços com mecanismos como a prefixação do câmbio e das tarifas públicas, em índices abaixo da inflação.

Os assessores de FHC imaginam que com a diminuição brutal do déficit público a aceleração inflacionária poderá começar a ser detida pela prefixação de dois dos principais preços da economia — o câmbio e as tarifas dos produtos e serviços públicos, como combustíveis, energia elétrica e telefonia.

Não se espera um golpe único e fatal na inflação. A queda dos preços dependerá de muitas medidas adicionais, entre elas a desindexação e o alongamento negociado dos prazos dos títulos públicos. O arsenal seria inútil se o governo não provar que as contas estão fechadas.

A principal fonte de financiamento do déficit será a retenção, nos cofres do governo federal, de recursos atualmente previstos para transferências a Estados e municípios. A idéia de FHC é enviar ao Congresso um projeto de emenda à Constituição suspendendo, por dois anos, parte das transferências de recursos vinculados a programas específicos administrados por Estados e municípios. Essa verba constituiria um fundo especial de financiamento do governo. Os assessores calculam que a retenção poderá permitir equilíbrio nas contas de 94 — um ganho consi-

derável frente a um déficit estimado de US\$ 30 bilhões.

O equilíbrio das contas federais é tido como a parte mais difícil do programa. Ainda assim, não será fácil derrubar a inflação, pois na memória dos empresários e da população persiste a compulsão por correções diárias. A sociedade terá de ser induzida a mudar: aumentos de preços só em função dos custos envolvidos em cada atividade e não na inflação do mês anterior, raciocina a equipe.

A primeira medida dessa fase será a prefixação das desvalorizações do cruzeiro real perante o dólar e o reajuste das tarifas públicas abaixo da inflação. Como o câmbio e as tarifas influem em todos os demais preços da economia, os custos dos agentes econômicos serão reduzidos, permitindo uma queda dos preços de produtos e serviços em cascata.

Para dar eficácia à prefixação, o governo pretende compromissos formais das empresas privadas de que acompanharão a prefixação. A desindexação dos impostos, hoje corrigidos em Ufir, também poderá favorecer o “esquecimento” da inflação.

Os assessores, porém, não acreditam que a inflação ceda sem o alongamento dos prazos dos títulos público no mercado. Com o alongamento, esperam que o governo faça menos pressão para tomar dinheiro de bancos e corretoras, a curto prazo.

O resultado será um crescimento menor da dívida mobiliária, tanto em volume de títulos quanto em despesas financeiras (juros e correção monetária). Segundo os assessores de FHC, o efeito sobre a inflação será benéfico: cairão as despesas do governo e cessará a chamada ciranda financeira. E, interpretado como o fim da especulação e da incerteza, abrirá espaço aos investimentos produtivos.

Nelson Luiz de Oliveira

Em São Paulo, FHC confirmou que o governo anunciará um novo plano no fim deste mês

Arquivo/AE